



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEXTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada ao 1º dia do mês de julho de 2026. Às 15h02min, o Presidente em exercício, Vereador Juraci Scheffer, fez a abertura da presente Audiência Pública, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, para discutir a Mensagem nº 4.733/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências. O Vereador Juraci Scheffer passou a Presidência para a Vereadora Letícia Delgado para fazer a abertura desta Audiência Pública. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador Juraci Scheffer iniciou sua manifestação destacando a importância da audiência pública como instrumento de transparência, participação popular e aprimoramento do planejamento das políticas públicas. Ressaltou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do orçamento de 2027, definindo metas, prioridades e diretrizes da Administração Municipal. Destacou a relevância da discussão diante dos impactos causados pelas fortes chuvas que atingiram Juiz de Fora, reforçando a necessidade de que o planejamento municipal contemple ações de prevenção de riscos, melhorias na infraestrutura urbana e atendimento às áreas afetadas. Ao abordar as metas previstas, mencionou ações como contenção de encostas, limpeza e desassoreamento de cursos d'água, obras de macrodrenagem e pavimentação, ressaltando a importância de obter informações mais detalhadas sobre locais, critérios técnicos e cronogramas de execução. Como presidente da Comissão de Finanças, o Vereador Juraci Scheffer informou que a comissão vem realizando uma análise aprofundada das peças orçamentárias, PPA (Plano Plurianual), LDO e LOA, buscando garantir que estejam alinhadas. Apontou preocupações relacionadas às finanças municipais, como frustração de receitas, baixa execução de investimentos, riscos fiscais elevados e diferenças entre o orçamento aprovado e o efetivamente executado. Disse que a comissão realizará acompanhamento periódico das contas públicas, com análise de metas, programas e obras contratadas, buscando maior controle e transparência. Também apresentou questionamentos ao Secretário da Fazenda sobre receitas previstas, possíveis contingenciamentos, metas fiscais e execução das ações planejadas. Defendeu a construção de um orçamento mais realista, com maior integração entre PPA, LDO e LOA, e informou que os esclarecimentos serão utilizados para elaboração de parecer técnico da Comissão de Finanças antes da apreciação da matéria pelo Plenário. A Vereadora Letícia Delgado passou a Presidência para o Vereador Juraci Scheffer. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0786, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se a palavra para o Secretário da Fazenda Richard Tavares que apresentou os principais pontos da LDO de 2027, destacando a previsão de receitas, despesas, metas e prioridades do Município. Durante a apresentação, explicou que as receitas previstas são compostas por recursos próprios, transferências da União e do Estado, receitas vinculadas e receitas de capital, totalizando aproximadamente R\$ 4,8 bilhões após as deduções. Em relação às despesas, informou que foram previstos recursos para pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, custeio, investimentos e reserva do RPPS no valor de cerca de R\$ 4,8 bilhões. O Secretário ressaltou que a elaboração da LDO considerou a legislação vigente, os índices econômicos e os impactos da calamidade ocorrida no Município, priorizando ações de reconstrução, assistência social, mobilidade urbana, prevenção de desastres, drenagem e melhorias nos serviços públicos. Ao final, destacou que a LDO é o instrumento responsável por orientar a elaboração do



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026

ATA APROVADA

orçamento municipal de 2027 e colocou-se à disposição dos Vereadores e da população para esclarecimentos. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal questionou o planejamento do Governo para o Saúde Servidor, considerando insuficientes as ações e os recursos previstos no orçamento do ano seguinte. Também manifestou preocupação com a estimativa de crescimento da receita, diante das dificuldades de arrecadação do Município, e com o aumento da dívida pública. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre as medidas previstas para mitigar os riscos fiscais, incluindo a possibilidade de criação de um fundo para garantir maior estabilidade fiscal e evitar impactos futuros para o Município. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado manifestou apoio à valorização e ao reconhecimento dos Agentes Comunitários de Saúde, criticando a falta de avanço na votação da matéria na Câmara dos Deputados. Em seguida, questionou o Secretário da Fazenda sobre o percentual de crédito suplementar previsto no projeto orçamentário, destacando a importância de que eventuais alterações continuem sendo submetidas à apreciação da Câmara Municipal. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal falou da preocupação com o aumento da estimativa de arrecadação prevista no orçamento em relação ao exercício anterior e solicitou esclarecimentos sobre os critérios e a metodologia utilizados para a elaboração dessas projeções. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado reiterou o questionamento sobre o percentual de crédito suplementar previsto no projeto orçamentário e solicitou esclarecimentos sobre os motivos pelos quais a LDO do Município não adota o mesmo modelo da LDO da União em relação à execução das emendas parlamentares, indagando se há fundamentação técnica para essa diferença. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Luiz Carlos Barbosa, Conselheiro de Saúde destacou a necessidade de maior direcionamento orçamentário para a área da saúde, mencionando a implantação de uma unidade do Programa PAC Convive no Parque das Águas e a necessidade de realização de concurso público para suprir a carência de profissionais. Também parabenizou a atuação da equipe da Secretaria de Saúde, ressaltando que continuará acompanhando e cobrando melhorias. Por fim, informou que foi pedido uma audiência pública para discutir o processo seletivo de profissionais da saúde, manifestando preocupação com a substituição de Servidores mais experientes por novos contratados. O Senhor Cláudio José Pereira, representante dos remanescentes da Amac, reivindicou o reconhecimento dos direitos dos Servidores oriundos da Amac incorporados à Prefeitura, destacando a defasagem salarial enfrentada pela categoria. Informou que já foram realizados estudos de impacto financeiro e obtido parecer favorável do Ministério Público, além de discussões com a Administração, o sindicato e os Vereadores. Solicitou o apoio da Câmara Municipal para viabilizar o reconhecimento da carreira e a garantia dos direitos desses Servidores. O Senhor Willian Tavares, do Bairro Borboleta falou que possui uma propriedade na região de São Pedro com potencial para implantação de uma represa e de uma microssina hidrelétrica, destacando que a área também poderá contribuir para o abastecimento de água, a redução de enchentes e a preservação ambiental. Informou, ainda, que tem interesse em disponibilizar o imóvel ao Município por valor inferior ao de mercado, visando à realização de projetos de interesse público. O Presidente em exercício Juraci Scheffer informou que foi realizada uma audiência pública sobre as obras do Córrego São Pedro, na qual a Secretária de Obras Bruna mencionou a existência de algumas áreas alagáveis previstas para implantação de um parque. Solicitou que a Secretária se manifeste posteriormente sobre a área mencionada, destacando que, caso se trate de propriedade privada, haveria interesse do Município, por integrar o projeto de expansão das áreas alagáveis destinadas ao controle da vazão de água da bacia do Córrego São Pedro. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Senhora Deise Medeiros, representante do Sinserpu, iniciou sua fala agradecendo o convite do Presidente em exercício Juraci Scheffer para participar da audiência e cumprimentou os Vereadores, Secretários e demais presentes. Ela explicou que a LDO 2027 orienta a elaboração da LOA e destacou a importância desses instrumentos para garantir transparência e melhor aplicação dos recursos públicos. Representando o Sinserpu, apresentou propostas voltadas à valorização dos Servidores Municipais, ressaltando que o déficit de profissionais compromete a qualidade dos serviços prestados à



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

população. Defendeu a realização de concursos públicos como forma de garantir a continuidade e a eficiência do serviço público. Durante a apresentação, mostrou dados do quadro de pessoal municipal, destacando o número elevado de cargos vagos, especialmente na Guarda Municipal e no cargo de Auxiliar Operacional. Segundo ela, a falta de Servidores gera sobrecarga das equipes, dependência de contratos temporários e prejuízos à prestação dos serviços públicos. A Senhora Deise apresentou as prioridades do Sinserpu para inclusão na LOA 2027, entre elas: revisão geral anual dos Servidores com recomposição das perdas inflacionárias; previsão de recursos para concursos públicos; ampliação dos quadros da saúde, limpeza urbana, obras e demais áreas essenciais; capacitação dos Servidores; ações de saúde do trabalhador; fortalecimento do PAS-JF; melhorias em equipamentos e infraestrutura; atualização dos planos de carreira; valorização dos Servidores Efetivos e substituição gradual de vínculos precários. Informou que protocolaria um documento na Câmara Municipal solicitando a inclusão dessas propostas na LDO e na LOA, com o objetivo de fortalecer a valorização dos trabalhadores e Servidores Públicos de Juiz de Fora. Concluiu afirmando que o serviço público é construído pelos Servidores municipais e que sua valorização é fundamental para o atendimento à população. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol pediu desculpas pelo atraso e destacou a importância de que a Lei Orçamentária de 2027 preveja recursos para contemplar os Servidores da Amac. Destacou que esses trabalhadores reivindicam seus direitos desde 2019, após os problemas envolvendo o Ministério Público, a Amac e a Prefeitura, que têm causado prejuízos aos Servidores. Informou que, após uma audiência pública, houve diálogo com representantes do Executivo para buscar uma solução e garantir a inclusão desses trabalhadores nas carreiras municipais. Reforçou que a LOA deve contemplar essa demanda, considerando que o impacto financeiro é pequeno diante da importância da medida. Disse ainda que há Servidores recebendo valores inferiores ao salário-mínimo, situação que classificou como inconstitucional. Por fim, afirmou que a comissão da qual faz parte, com os Vereadores Laiz Perrut, Cida Oliveira e Sargento Mello Casal, acompanha caso e defende que seja encaminhado à Câmara um projeto de lei para garantir a valorização e o reconhecimento desses Servidores, ressaltando que essa questão não poderá ultrapassar o ano de 2027 sem uma solução. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira disse que sua fala se soma às manifestações do Vereador João Wagner Antoniol e do Senhor Cláudio, reforçando a importância da inclusão dos trabalhadores da Amac nas carreiras municipais. Disse que, conforme mencionado em reunião, houve uma sinalização da Prefeitura de que, caso não haja impedimentos por parte do Ministério Público, a demanda será atendida, após uma luta iniciada em 2019. A Vereadora ressaltou a expectativa de que os trabalhadores sejam contemplados no próximo ano e reforçou a importância da realização de concursos públicos, destacando que sempre defendeu essa medida na Câmara Municipal. Chamou atenção para a situação dos trabalhadores terceirizados, especialmente após relatos de dificuldades enfrentadas por funcionários de empresas contratadas pelo Município. Citou o caso das trabalhadoras da RPL, que procuraram seu mandato relatando problemas relacionados ao pagamento de direitos trabalhistas e incertezas sobre a continuidade dos empregos diante da possibilidade de redução do quadro de funcionários. Disse que a ampliação do quadro de Servidores Efetivos seria positiva tanto para os trabalhadores quanto para a população, que teria maior segurança e continuidade no atendimento dos serviços públicos. Citou como exemplo a área da educação, destacando a importância da efetivação de profissionais concursados nas escolas. Mostrou preocupação com a situação dos trabalhadores terceirizados e esperou que novos casos de prejuízos aos funcionários não ocorram no Município, defendendo maior valorização e proteção dos Servidores Públicos. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que havia apresentado um projeto de lei relacionado aos remanescentes da Amac, mas que a proposta havia sido considerada inconstitucional por alguns setores. Destacou que o projeto permanece em tramitação e que espera não ser necessário levá-lo ao Plenário. Relembrou situações anteriores em que a Câmara Municipal precisou discutir alterações legislativas para garantir direitos, citando como exemplo o artigo 9º, que, segundo ele, passou por um longo processo até que a Prefeitura



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

apresentasse uma solução. Afirmou que não deseja criar desgastes com a apresentação de um projeto, mas ressaltou que, caso seja necessário, a comissão poderá apresentar emendas à LDO e à LOA para assegurar recursos e garantir os direitos dos trabalhadores da Amac, que, segundo ele, estão sendo prejudicados desde 2019. Defendeu que a questão pode ser resolvida por meio do diálogo entre a comissão e o Governo Municipal, considerando que o impacto financeiro é pequeno e que há possibilidade de absorção pelo Município. Caso não haja acordo, afirmou que serão tomadas as medidas necessárias, incluindo a apresentação de emendas orçamentárias e a discussão do projeto em plenário. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado cumprimentou todas as pessoas presentes na audiência, incluindo os Secretários, integrantes da Mesa e o público que acompanha a audiência na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em sua fala inicial, destacou a importância de incluir, nas metas e prioridades do Governo, um debate mais estruturado sobre a Segurança Pública Municipal. Disse que a segurança é um direito da população e que é necessário planejar investimentos orçamentários mais robustos para essa área. Reforçou a necessidade de discutir a realização de um concurso público para a Guarda Municipal de Juiz de Fora. Ela destacou que o Município possuía (possui) quase 600 mil habitantes e que o efetivo atual da Guarda Municipal está abaixo do necessário para garantir um atendimento de qualidade à população. Reconheceu os avanços realizados pela Gestão Municipal em relação à Guarda Municipal, como melhorias relacionadas à valorização dos profissionais, mas afirmou que ainda é preciso planejar ações para ampliar o quadro de Servidores e viabilizar um novo concurso público. Ao final, parabenizou a gestão pela apresentação da proposta em discussão na audiência. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol respondeu ao Vereador Sargento Mello Casal sobre a questão dos remanescentes da Amac, afirmando acreditar que não será necessária a apresentação de emenda, pois espera que o Executivo encaminhe à Câmara uma proposta já com previsão orçamentária para esses trabalhadores. Na sequência, abordou a importância da realização de concursos públicos, tema levantado pela Vereadora Cida Oliveira. Afirmou que era (é) necessário repensar o tamanho da Prefeitura de Juiz de Fora diante do crescimento populacional e territorial do Município, destacando que o quadro de Servidores não acompanhou essa expansão. Ressaltou que a Administração Municipal vem recorrendo frequentemente a contratos temporários em áreas como saúde, educação e serviços operacionais, e defendeu o fortalecimento do quadro efetivo por meio de concursos públicos. Também mencionou a redução do número de Servidores e os impactos dessa situação no funcionamento da Prefeitura. Destacou que, apesar das limitações orçamentárias, é necessário ampliar o número de Servidores concursados, considerando inclusive entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre a contabilização de contratações temporárias como despesas de pessoal. O Vereador João Wagner Antoniol afirmou ainda que os contratos temporários prejudicam a continuidade dos serviços públicos, citando como exemplos a saúde, especialmente o Programa Saúde da Família e as Unidades Básicas de Saúde, além da área da educação. Por fim, criticou problemas envolvendo empresas terceirizadas e defendeu que os cargos vagos sejam ocupados por Servidores Efetivos aprovados em concurso público, ressaltando que a estabilidade e a capacitação contínua dos Servidores contribuem para a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar cumprimentou os integrantes da Mesa, os representantes e o público presente. Como Servidor Público aposentado, destacou que a defesa da realização de concursos públicos sempre esteve presente em sua trajetória. Ele ressaltou a preocupação com a sustentabilidade do fundo de previdência municipal, afirmando que a ausência de concursos públicos e o aumento de Servidores não concursados podem reduzir os recursos destinados ao fundo, já que esses trabalhadores não contribuem da mesma forma para a previdência dos Servidores Efetivos. Alertou que, sem a renovação do quadro de Servidores, especialmente diante do aumento do número de aposentadorias, o fundo previdenciário poderá enfrentar dificuldades de sustentabilidade no futuro. Em seguida, afirmou que Juiz de Fora possui uma população superior à oficialmente divulgada e comentou sobre possíveis impactos dessa diferença,



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

inclusive relacionados ao repasse de recursos ao Município. Destacou a importância da Guarda Municipal na segurança pública, observando que, em diversas cidades, essas corporações passaram a desempenhar funções cada vez mais relevantes no atendimento à população. Por fim, defendeu o fortalecimento do serviço público por meio de Servidores Efetivos, ressaltando que a estabilidade e a permanência dos profissionais garantem maior vínculo com a população e continuidade no atendimento. Citou sua própria experiência como Servidor, destacando a importância de o cidadão encontrar profissionais conhecidos e preparados nos serviços públicos. Concluiu reforçando a necessidade de ampliar o quadro de Servidores concursados e fortalecer a Prefeitura de Juiz de Fora como referência para a população local e para toda a região. Com a palavra, a representante do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias Rita das Dores Duque destacou a importância desses profissionais para a Atenção Básica do Município e apontou a ausência de diretrizes específicas para a categoria na LDO 2027. Ela ressaltou que os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias desempenham papel fundamental nas comunidades, atuando na prevenção de doenças, no acompanhamento de famílias vulneráveis e no fortalecimento do vínculo da população com o Sistema Único de Saúde (SUS). afirmou que há déficit de profissionais no Município e destacou que a própria Prefeitura reconheceu a necessidade de ampliação do quadro, com solicitação ao Ministério da Saúde para habilitação de mais de 400 Agentes. Disse que a falta desses trabalhadores compromete a cobertura da Atenção Básica em diversas áreas vulneráveis. Defendeu a inclusão, na LDO 2027, de metas para ampliação do quadro de Agentes, previsão de concursos públicos, criação de plano de cargos e salários, estudo para transposição dos atuais vínculos para o Regime Estatutário e garantia de equipamentos de proteção individuais adequadas às condições de trabalho. Ao final, afirmou que a saúde somente pode ser tratada como prioridade com a valorização dos profissionais que sustentam a Atenção Básica e solicitou o apoio do Legislativo para incluir essas demandas no planejamento orçamentário Municipal. Com a palavra, a Senhora Ondina Rodrigues Macedo, do Fórum Nacional de Agente de Saúde e Endemias, falou da importância das demandas apresentadas pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias e informou que haverá uma reunião com a Gestão Municipal para tratar dessas questões. Relatou a atuação da entidade na defesa dos direitos da categoria e informou que a PEC 14 foi incluída na pauta do Senado para votação, representando um avanço nas garantias dos profissionais, especialmente em relação à aposentadoria. Alertou que os recursos destinados ao pagamento dos Agentes de Saúde e Agentes de Combate às Endemias são provenientes do Governo Federal e não representam uma despesa integral para o Município. Por isso, questionou a ausência de convocação de profissionais, considerando a existência de concurso público em andamento e o déficit de Servidores nessas áreas. Disse que a falta de equipes completas poderá resultar na perda de repasses federais para a saúde, uma vez que o Ministério da Saúde vem realizando fiscalizações para verificar a adequação dos Municípios. Reforçou que o Município precisa cumprir as exigências de composição das equipes de saúde e informou que espera a participação das Secretarias envolvidas na reunião prevista, para discutir soluções para a categoria e para a melhoria do atendimento à população. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão falou da sua atuação como Presidente da Comissão dos Agentes de Saúde em Juiz de Fora. afirmou que a categoria já vem sendo acompanhada pela comissão, incluindo pautas como a inclusão de propostas no PPA e a criação de um plano de carreira. Ressaltou que há diálogo com o Secretário de Saúde, Jonathan, e reconheceu a existência de déficit de Agentes nas comunidades do Município. Alertou sobre a possibilidade de perda de recursos Federais caso as equipes de saúde não estejam completas, destacando a necessidade de convocação dos profissionais aprovados e de uma solução conjunta entre o Município e o Governo Federal. Disse que espera avanços na reunião prevista com a Gestão Municipal e colocou a comissão à disposição para continuar o debate, inclusive com a possibilidade de realização de uma audiência pública caso a situação não seja resolvida. Falou que o fortalecimento das equipes de Agentes de Saúde beneficiaria a população e contribuiria para ampliar



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

os recursos destinados à Secretaria de Saúde. Com a palavra o Secretário da Fazenda, Richard Tavares, respondeu a questionamentos feitos durante a audiência, abordando inicialmente a questão do risco fiscal relacionado ao JF Prev. Esclareceu que o passivo mencionado corresponde a uma obrigação previdenciária do Município, cuja amortização está prevista para ocorrer ao longo dos próximos 30 anos. Destacou que a legislação aprovada pela atual legislatura, em conjunto com a Gestão da Prefeita Margarida, permitiu iniciar o processo de pagamento dessa dívida acumulada. Em seguida, tratou da questão da suplementação orçamentária questionada pelo Vereador Maurício Delgado. Disse que a proposta apresentada na LDO mantém o mesmo formato encaminhado no ano anterior e que foi aprovado anteriormente pela Câmara Municipal. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo Pinto Júnior prestou esclarecimentos sobre quatro temas discutidos durante a audiência. Sobre os remanescentes da Amac, informou que há um grupo de trabalho em funcionamento desde junho para buscar uma solução para a categoria. Destacou que estão sendo avaliados os impactos orçamentários das reivindicações e que a expectativa é encaminhar projetos de lei à Câmara em tempo hábil para inclusão na LOA de 2027. Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, afirmou que há uma mesa de diálogo aberta com a categoria e que uma reunião será realizada com representantes do sindicato. Reconheceu a necessidade de ampliação do número de profissionais e informou que o Município já solicitou ao Governo Federal a contratação de novos Agentes, buscando uma solução administrativa adequada. Sobre o PAS, explicou que houve a criação de grupos de trabalho para analisar a situação do plano de saúde dos Servidores. Informou que tramitam na Câmara Municipal, propostas para criação de uma Autarquia responsável pela gestão do plano e de um fundo para negociação dos débitos entre prestadores de serviços e o Município. Ressaltou que a previsão orçamentária depende da aprovação dessas medidas pelo Legislativo. Por fim, respondeu ao Vereador Maurício Delgado sobre a regulamentação das emendas parlamentares, informando que a Prefeitura trabalha em conjunto com a Câmara para adequar a legislação Municipal às orientações do STF, buscando ampliar a transparência, a fiscalização e a segurança nos processos de execução das emendas. Destacou ainda a criação de mecanismos de acompanhamento e apresentação das emendas no Município. Com a palavra, o Secretário da Fazenda Richard Tavares esclareceu que o percentual previsto para o crédito suplementar na LDO segue o mesmo parâmetro encaminhado no ano anterior e aprovado pela Câmara Municipal. Informou que, embora não haja um limite específico determinado pelo Tribunal de Contas, a proposta apresentada mantém o percentual de 30%, conforme aprovado anteriormente. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado agradeceu ao Secretário de Governo e propôs a inclusão, na LDO, de um cronograma obrigatório para pagamento e execução das emendas parlamentares, seguindo medidas adotadas por outros Municípios. Sobre o crédito suplementar, alertou para os riscos da aprovação de um limite de 30% para alterações no orçamento, defendendo maior participação da Câmara Municipal e da população nas decisões. Informou que apresentará uma emenda para reduzir esse percentual e reforçou a importância da fiscalização dos Vereadores sobre a aplicação dos recursos públicos. O Presidente em exercício Juraci Scheffer afirmou que as emendas parlamentares são impositivas e que o Executivo deve realizar os pagamentos dentro do exercício previsto, respeitando os prazos legais. Destacou a necessidade de avaliar o fluxo financeiro e possíveis ajustes em planos de trabalho para garantir a correta execução das emendas. Falou da importância de aprimorar os procedimentos para que os Vereadores tenham suas emendas cumpridas e possam prestar contas às comunidades beneficiadas pelas ações propostas. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal afirmou que as emendas impositivas já são obrigatórias e que o pagamento delas deve ser realizado. Segundo ele, o que está acontecendo é uma manobra para evitar os pagamentos, deixando valores como restos a pagar e, posteriormente, cancelando empenhos. Ele destacou que, em alguns municípios, Vereadores e associações estão recorrendo à judicialização devido ao não pagamento das emendas impositivas, situação que, em sua avaliação, não deveria ocorrer. Questionou a possibilidade de uma associação receber uma emenda



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

direcionada, preparar um plano de trabalho e, ainda assim, precisar recorrer à Justiça para que o Município efetue o pagamento. O Vereador afirmou que, em Juiz de Fora, podem-se adotar medidas judiciais caso sejam necessárias, mas ressaltou que considera uma vergonha para o Município a falta de pagamento das emendas. Na sequência, o Vereador Sargento Mello Casal tratou do Saúde Servidor. Ele afirmou que há preocupação com a falta de planejamento apresentado e questionou a aprovação de leis sem que existia uma previsão adequada na LDO e na LOA. Para ele, a situação demonstra intenção de transferir os custos do programa para os usuários. Ele orientou a Prefeita Margarida Salomão e seus Secretários a reverem a decisão relacionada ao Saúde Servidor. O Vereador lembrou que, em 2003, foi criado um plano assistencial para atender aos Servidores e usuários e que, desde então, o programa vinha funcionando no Município. Segundo ele, a partir de 2016, quando começaram os períodos eleitorais, todos os candidatos que participaram das disputas tinham conhecimento da existência do Saúde Servidor e das demais demandas previstas nas legislações orçamentárias. Ele afirmou que, durante a gestão da Prefeita Margarida Salomão, deixaram de ser realizados os aportes das mantenedoras destinados ao programa. O Vereador pediu que a Prefeita e seus Secretários reconsiderem a intenção de encerrar o Saúde Servidor. Reconheceu a existência de uma dívida superior a vinte milhões de reais, mas defendeu que sejam estabelecidos parâmetros de pagamento na LDO e na LOA para os próximos quatro anos, garantindo a continuidade do programa como ocorria anteriormente. Ele afirmou que o problema não é a necessidade de uma nova solução para o Saúde Servidor, mas sim a falta de pagamento dos recursos previstos. Segundo ele, o próprio Governo causou a dificuldade ao deixar de realizar os aportes necessários e, posteriormente, buscar uma solução para o problema gerado. O Vereador destacou que, durante a campanha eleitoral, a Prefeita Margarida Salomão afirmou que não deixaria ninguém para trás e disse que era necessário corrigir o que classificou como um erro grave da Administração. Ele declarou que não busca criar conflitos nos debates sobre as Mensagens do Executivo, mas ressaltou que, quando direitos são retirados, os representantes devem atuar para impedir que isso aconteça. Defendeu a participação dos Servidores e usuários do Saúde Servidor nas discussões, argumentando que a retirada de um direito pode afetar outros Servidores futuramente. O Vereador declarou ainda que, ao analisar a LOA, verificou que não há planejamento para solucionar a questão. Segundo ele, o Governo não está disposto a incluir recursos destinados às mantenedoras para garantir o funcionamento do programa. Ele criticou a situação, afirmando que não encontra palavras para descrever o que considera uma atitude de grande gravidade, mas disse que evitará utilizar termos ofensivos, pois sua intenção não é receber críticas ou elogios, e sim buscar uma solução. O Vereador afirmou que a palavra "solução" deve orientar as ações do Governo e disse que a Prefeita Margarida Salomão tem a responsabilidade de apresentar uma resposta para o problema criado em relação ao Saúde Servidor. Ao final, pediu atenção dos Vereadores do Partido dos Trabalhadores que mantêm contato com os trabalhadores municipais e afirmou que eles têm um papel importante na busca por uma solução. Disse que aguardará até o último momento para que sejam apresentadas emendas necessárias na LOA e na LDO. O Vereador afirmou que, caso isso não ocorra a oposição apresentará as emendas necessárias, mas pediu que essa iniciativa não seja interpretada como campanha política. Declarou que deixará as emendas preparadas e espera que os demais parlamentares também assumam a responsabilidade diante dos Servidores municipais. O Presidente em exercício Juraci Scheffer agradeceu a menção feita pelo Vereador Sargento Mello Casal e destacou que sempre manteve uma relação respeitosa com os parlamentares. Afirmou que as divergências são importantes para o fortalecimento da Democracia e para melhorar o debate. Com a palavra, o Secretário Ronaldo Pinto Júnior agradeceu as contribuições dos Vereadores e afirmou que o Executivo estava (está) aberto ao diálogo com a Câmara Municipal. Destacou a atuação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira na construção conjunta da regulamentação das emendas e das questões financeiras do Município. Ele também informou que há o compromisso da Prefeita Margarida Salomão de realizar o concurso da Guarda Municipal e



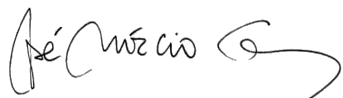
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

ressaltou que as ações serão conduzidas respeitando a responsabilidade fiscal e as obrigações legais do Município. Ao final, agradeceu o espaço de debate proporcionado pela audiência pública, afirmou que as contribuições dos Vereadores e da população serão consideradas e reforçou a disposição do Executivo em construir alternativas em conjunto com a Câmara Municipal. O Presidente em exercício Juraci Scheffer, na condição de Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, acompanhado do Vereador João Joaninho, Vereador Julinho Rossignoli os demais Vereadores e Vereadoras, realizou uma análise técnica detalhada, com atenção minuciosa, em relação à LDO e às peças orçamentárias. Conforme a análise realizada, a conclusão técnica que será posteriormente encaminhada em parecer apontou que a LDO de 2026 demanda uma fiscalização mais intensa do que a LDO de 2025. Contou que o cenário apresentado combina menor receita primária, maior déficit, crescimento da dívida, aumento das renúncias de receita e inexistência de margem líquida para despesas permanentes. O Presidente em exercício destacou que o Poder Executivo deve observar, com o controlador, que a criação de novas despesas permanentes somente pode ocorrer mediante previsão do impacto financeiro para os três anos seguintes. Ressaltou que, frequentemente, as mensagens encaminhadas à Câmara Municipal apresentam o impacto financeiro em cima da hora e considerando apenas um exercício, situação que dificulta uma análise adequada. Completou que a recomendação apresentada é de que a peça orçamentária, embora formalmente adequada, deve ser submetida a um monitoramento fiscal contínuo, com transparência dos passivos e prestação de contas quanto aos métodos e aos aspectos físicos e financeiros. Ressaltou que, embora integre a base do Governo, busca atuar de forma correta e responsável com os demais Vereadores e o Poder Executivo, afirmando que as análises devem ser realizadas com seriedade e transparência. Destacou a necessidade de o Município manter atenção constante em relação às peças orçamentárias, garantindo que a execução do PPA, da LDO e da LOA permaneça sincronizada, para que a aprovação das contas do Governo ocorra sem ressalvas. Observou que o Município tem menos folga fiscal e precisa exercer maior controle sobre a arrecadação, a dívida, os riscos fiscais e a criação de despesas permanentes. Segundo ele, a análise foi realizada de forma aprofundada sobre o orçamento de 2026, o PPA e a LDO, sendo necessário acompanhamento contínuo desses instrumentos. Falou ainda que o Município atravessa um momento difícil em razão da tragédia climática ocorrida e manifestou a expectativa de que, quando a LOA for encaminhada à Câmara Municipal, esteja alinhada com a LDO aprovada. Em relação às observações apresentadas pelo Vereador Sargento Mello Casal sobre o plano Saúde Servidor, afirmou que a questão deve estar prevista na LDO e que isso será devidamente verificado. Chamou atenção para a necessidade de controle das renúncias de receita, ressaltando que elas não podem continuar aumentando sem uma avaliação criteriosa. Outra recomendação apresentada foi a realização de estudos de impacto financeiro para qualquer aumento de despesas permanentes, visando preservar a saúde financeira do Município e garantir que os Servidores continuem recebendo seus salários em dia, além das correções necessárias e do respeito ao plano de cargos e salários. Por fim, ressaltou que a realização de concursos públicos é fundamental para o equilíbrio do regime de previdência, mas destacou que qualquer expansão deve observar os limites fiscais, evitando irresponsabilidade financeira e o descumprimento do limite prudencial. Finalizou afirmando que estas observações são feitas não na condição de Presidente da Casa Legislativa, mas como Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Informou a ausência do Vereador Presidente Zé Márcio Garotinho devido a outro compromisso assumido e, por isso, tendo solicitado que ele presidisse a sessão em razão de sua função como Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Destacou o trabalho de parceria realizado entre a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e o Poder Executivo, esclarecendo que serão promovidas reuniões mensais, bimestrais e trimestrais para acompanhamento das questões financeiras do Município. Ressaltou também a abertura de diálogo com o novo Secretário da Fazenda, incluindo tratativas relacionadas às emendas parlamentares, com o objetivo de manter um ambiente

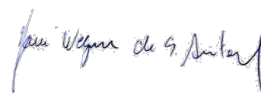


1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 01/07/2026 ATA APROVADA

institucional produtivo entre a Câmara Municipal e o Executivo, sempre em benefício da população e da melhoria da qualidade dos serviços públicos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício Juraci Scheffer encerrou a Audiência Pública às 16h59min. Estiveram presentes: Senhor Thiago Rodrigues da Silva, Procurador-Geral Adjunto do Município; Senhor Matheus Jacometti, Secretário de Recursos Humanos; Senhor Jhonatan Ferreira Tomaz, Secretário de Saúde; Senhora Malu Salim, Secretária de Assistência Social; Senhor Diego Pessoa, Controlador-Geral do Município; Senhor Richard Tavares, Secretário da Fazenda; Senhora Ana Livia Coimbra, Secretária de Educação; Senhora Deise Medeiros, Presidente do Sinserpu; Senhora Rita das Dores Duque, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; e Senhora Ondina Rodrigues Macedo, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Agente de Saúde Endemias. Compareceram os Vereadores: Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), Juraci Scheffer, Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de agosto de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

